

a 6 páginas

Economia

Moratória custou US\$ 5,2 bilhões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A moratória da dívida externa fez o Brasil deixar de receber US\$ 5,2 bilhões em novos recursos, segundo contou, ontem, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que ao final de quatro horas e meia de debates com o plenário do Senado Federal sobre a dívida e o congelamento da URP. Esta perda orientou, segundo o ministro, a nova "política realista" de renegociação da dívida externa que vem sendo adotada na sua gestão. Mailson da Nóbrega defendeu esta nova posição durante toda a discussão e a resumiu em algumas frases de seu pronunciamento de uma hora que precedeu os debates:

"No plano externo, devemos evitar uma política errática que oscile entre o conformismo e a confrontação. É preciso garantir continuidade ao processo negociador". Acrescentou mais adiante: "É ilusório imaginar que um país sozinho possa mudar todo um sistema".

Durante o debate, o ministro também repetiu as explicações das razões que levaram o governo a congelar a aplicação da URP (Unidade de Referência de Preços), por dois meses, para seus funcionários. Frisou que esta medida, ao lado das outras já anunciadas, reduzirão o déficit público de 1988, atingindo uma meta necessária e traçada "soberanamente" pelo governo brasileiro, mas que também será importante para o fechamento de um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

O ministro da Fazenda explicou que as perdas de US\$ 5,2 bilhões foram levantadas pelos seus assessores dentro do conceito de fluxo de caixa. Por isso, neste total estão incluídos recursos que deixaram de ingressar sob a forma de empréstimos ou investimentos para empreendimentos e o que o País pagou de juros e amortizações para o FMI, Banco Mundial (Bird) e agências oficiais de crédito ("eximbanks").

No caso do FMI, o Brasil, segundo Mailson da Nóbrega, pagou cerca de US\$ 900 milhões de juros e amortizações sobre empréstimos contraí-



Alencar Monteiro

Mailson: 'Um país sozinho não pode mudar todo o sistema'

dos no início da década. Ao mesmo tempo, ressaltou, o Brasil deixou de receber outros US\$ 900 milhões, por não ter achado um acordo com a instituição, num total de US\$ 1,8 bilhão.

GANHOS

Para ilustrar aos senadores o acerto, ao seu ver, da atual condução da renegociação da dívida junto aos bancos credores, o ministro da Fazenda informou que o Brasil obterá um ganho de US\$ 4,2 bilhões apenas com as novas condições de reescalonamento dos débitos, sem contar a retomada voluntária de empréstimos ao País pelos bancos.

Mailson da Nóbrega informou que entre primeiro de janeiro deste ano e 31 de dezembro de 1989, o País terá um ganho de US\$ 916 milhões, com a reprogramação da nova taxa

de risco (spread) de 0,8125% sobre o estoque da dívida do setor público (processo denominado de *cave-out*) os pagamentos semestrais dos juros, em substituição aos pagamentos trimestrais usuais.

O ministro insistiu junto aos 33 senadores que compareceram ao plenário que o Brasil também terá ganhos ao firmar um novo acordo com o FMI. O acerto com o Fundo, além de permitir o ingresso de novos recursos através de um empréstimo-ponte da instituição ao País, "abrirá as portas" para a renegociação dos débitos juntos aos "eximbanks" e o ingresso de novos recursos destas agências.

Ver a íntegra do depoimento do ministro Mailson na página 30